

Mais um ano na luta pela reconstrução da Petrobrás



EDITORIAL

2024: Seguimos na árdua tarefa de reconstrução da Petrobrás

Terminamos mais um ano, ciente das vitórias e dos desafios da nossa categoria para reconstruir a Petrobrás e o Brasil. Ao longo dos últimos 12 meses, seguimos com a missão de mobilizar e conscientizar os trabalhadores sobre a necessidade da luta coletiva para avançar em uma empresa e uma sociedade mais justa e igualitária. Isso se tornou ainda mais necessário diante dos desafios da atual conjuntura política nacional e internacional, dos limites da frente ampla em torno do governo Lula e das ainda persistentes ameaças golpistas à democracia brasileira pela extrema direita bolsonarista.

As eleições municipais no Brasil e a vitória eleitoral de Donald Trump nos Estados Unidos demonstram a resiliência desses grupos em retomar um projeto de retrocessos e de destruição do patrimônio público. Governantes como Romeu Zema, em Minas, e Tarcísio de Freitas, em São Paulo, têm se destacado como expoentes de uma direita que não se envergonha de se aliar ao bolsonarismo, mesmo diante das graves denúncias de golpe e do chocante plano de assassinato do presidente Lula e de integrantes do STF pela cúpula bolsonarista.

Infelizmente, nem a falência do modelo privatista defendido por esses políticos, marcadas pela falta de planejamento estatal frente às

trágicas enchentes no Rio Grande do Sul e do apagão de energia pela empresa privatizada de energia em São Paulo, tem conseguido arrancar a imagem desses governantes. O sucesso da campanha pela vida além do trabalho (contra a jornada 6x1), no entanto, demonstra a potencialidade da luta coletiva em torno de pautas que realmente afetam o dia-a-dia do trabalhador.

Na Petrobrás, tivemos importantes notícias quanto ao plano de reconstrução da empresa, como a retirada da PBio do processo de privatização, a reabertura da Fafen Paraná e do Gaslub, a retomada das obras na RNEST e a chegada de milhares de novos empregados via concurso público. Entretanto, mesmo com a mudança na presidência com a chegada de Magda Chambriard, ainda persistem dificuldades para destravar e diversificar investimentos, especialmente em projetos de transição energética, assim como de uma política imoral de distribuição de dividendos bilionários para acionistas.

Em relação aos direitos da categoria petroleira, conquistamos mais avanços importantes, como o pagamento de uma PLR com três remunerações e a retomada histórica do custeio da AMS para 70x30, um grande avanço para aposentados e pensionistas. Em relação à Petros, no entanto, seguimos lutando para uma solução definitiva para

o fundo de pensão, com a realização de uma vigília com aposentadas e aposentados de todo o país e a participação de representantes da categoria na Comissão Quadripartite junto à SEST. Localmente, a categoria se mobilizou por melhorias nas condições de trabalho, como aumento de linhas de transporte e a implementação da segunda refeição no turno. Além disso, o Sindicato conduziu um amplo e profundo debate sobre a possibilidade de implantação do Vale Alimentação/Refeição na Regap, que resultou na aprovação pela maioria da categoria em assembleias com grande representatividade da categoria.

Em relação aos trabalhadores contratados, no entanto, o balanço do ano é muito negativo, diante das recorrentes violações a direitos trabalhistas por dezenas de empresas contratadas no estado de Minas Gerais, além das dificuldades para implementação de uma importante conquista deste governo Lula: o plano de saúde e odontológicos para dependentes de terceirizados. Dessa forma, nos unimos às lutas dos Sindicatos representantes da categoria contratada, realizamos denúncias semanais em nossos boletins e acionamos o Ministério do Trabalho.

Infelizmente, as desigualdades em torno das condições de trabalho dos empregados aposentados também se expressaram em uma

escalada de incidentes e acidentes graves. Aliás, o ano de 2024 se destacou por um delicado cenário em relação ao SMS, com seguidas mortes no Sistema Petrobrás, explicitando a necessidade urgente de uma grande reformulação da atual política de segurança da empresa. Diante disso, a categoria se mobilizou em paralisações e atos por mais efetivo, por melhores condições de trabalho e por uma política de SMS que respeite de fato a vida da categoria.

Portanto, apesar dos avanços conquistados nos últimos dois anos, são inúmeros os desafios que ainda persistem para a reconstrução da Petrobrás que queremos. Em 2025, destacamos algumas negociações importantes para a nossa categoria como aquelas envolvendo o Plano de Cargos, o Fórum de Efetivo, o Acordo Nacional de Parada e o ACT 2025. Também permanece nossa luta por uma solução definitiva para a Petros e por uma remuneração variável única e mais igualitária para todo o Sistema Petrobrás, assim como por um ambiente de trabalho mais seguro, diverso e inclusivo para a categoria, entre próprios e contratados.

Que em 2025 possamos refletir sobre as experiências acumuladas para vencermos os desafios, avançando ainda mais nas nossas conquistas!

Custeio 70x30 na AMS e vigília pelo fim dos PED'S

O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2023/2025) garantiu a retomada da relação de custeio da AMS para 70x30, uma conquista histórica, assim como a revogação da Resolução 42 da CGPAR, após muita luta e pressão das representações sindicais. Essa mudança traz impactos positivos para todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás, em especial os aposentados e pensionistas. Lembrando que a contribuição para a AMS de toda a categoria é descontada nas remunerações variáveis, sendo uma forma de garantir maior solidariedade dos trabalhadores da ativa, principalmente daqueles que ganham salários maiores, para com os aposentados.

Em 2024, a mobilização também foi intensa na tentativa de encontrar uma solução definitiva para os planos de equacionamento das dívidas

da Petros (PED's). O Sindipetro/MG realizou vários encontros de aposentados, debates, assim como organizou caravanas de Minas para os atos pelo fim dos PED's.

No dia 20 de junho, a FUP convocou uma vigília na frente do Edisen, no Rio de Janeiro, que durou 15 dias. O acampamento contou com a participação de cerca de 800 petroleiros e petroleiras de todo o país se revezando, inclusive com a participação de petroleiros aposentados de Minas durante todo o período do acampamento. A vigília mostrou a força da unidade da categoria, cuja pressão resultou na criação da Comissão Quadripartite, após três reuniões com o alto escalão da Petrobrás, inclusive a presidenta da empresa.

A Comissão é composta por representantes da Petrobrás, da Secretaria de Coordenação e

Governança das Empresas Estatais (Sest), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e das entidades que integram o Fórum das Entidades em Defesa Dos Participantes da Petros (FUP, FNP, Conttmaf, Fenaspe e Ambep). Eles se reúnem semanalmente, em Brasília, para a elaboração de um novo Plano da Petros.

No último encontro de aposentados de 2024, realizado pelo Sindipetro/MG, participou o diretor da FUP e integrante do Grupo de Trabalho (GT) da Petros e da Comissão Quadripartite, Paulo César (PC) Martin. Segundo ele, a

expectativa é de que, com o avanço dos debates na Comissão, seja possível levar uma proposta viável de minuta do Plano ao Comitê Mediador do Tribunal de Contas da União (TCU), no início de 2025. A aprovação do órgão é necessária para garantir a possibilidade da realização de uma ampla transação judicial com a Petrobrás, que elimine os atuais equacionamentos, superando as dificuldades legais e regulatórias aplicáveis às empresas públicas e estatais no que se refere às suas participações no custeio dos seus planos fechados de previdência complementar.



Acidentes e mortes pedem mudanças radicais na política de SMS do Sistema Petrobrás

Em 2024, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos realizaram uma série de atos pela vida, para protestar contra a situação de insegurança crônica que adoce e mata trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Petrobrás. A diretora de Saúde, Meio Ambiente e Segurança da FUP, Miriam Cabreira, tem enfatizado a urgência de mudanças radicais na política de SMS da Petrobrás. “Precisamos de uma verdadeira revolução na política de saúde e segurança. O que falta para a gestão da Petrobrás perceber que o que está sendo feito está dando errado?”, questionou.

A categoria petroleira em Minas também tem participado das mobilizações nacionais, inclusive com atraso na entrada, como aconteceu no último ato, em novembro, diante do registro de seis mortes ocorridas em menos de dois meses no Sistema Petrobrás. Entre as vítimas, trabalhadores contratados por empresas prestadoras de serviço que são os mais expostos às condições precárias.

Também não é de hoje que as entidades sindicais têm cobrado mudanças na gestão de SMS, recomposição dos efetivos, além de melhorias nas condições de trabalho, principalmente dos prestadores de serviço. “É preciso dar um basta às mortes e aos problemas de saúde mental e assédio que acontecem com trabalhadoras e trabalhadores dentro da empresa.



Passou da hora de virar a página do desastre feito pelos governos anteriores para garantir as medidas necessárias de segurança para todos”, afirma Guilherme Alves, coordenador-geral do Sindipetro/MG. Ele lembra que, neste ano, foram realizadas reuniões locais com a gestão da Petrobrás em Minas, quando o Sindicato cobrou reiteradamente um plano de ação da empresa para reverter o quadro de sucateamento e desmonte da gestão de SMS, promovido nos últimos governos que preparavam a empresa para a privatização.

O Sindipetro/MG também tem

levado à gestão da Refinaria Gabriel Passos (Regap) questionamentos de seguidas ocorrências e acidentes graves na refinaria, como o ocorrido com o contratado que sofreu queimaduras ao se acidentar na Tubovia e outras ocorrências. No mesmo período, aconteceu um acidente na Usina Termelétrica de Juiz de Fora (UTE-JF), envolvendo trabalhador que se feriu durante uma operação de corte de árvores com motosserra, na área da faixa de servidão da linha de transmissão. Também houve outros episódios preocupantes como incêndio no Coque, vazamento de nafta na

HDT e falha no compressor do CCF.

As cobranças do Sindipetro/MG quanto à saúde e segurança dos trabalhadores também foram feitas às gestões das unidades da Usina Termelétrica de Ibitité (UTE-IBT) e Transpetro. Na Usina Darcy Ribeiro – Petrobrás Biocombustíveis (PBio), em Montes Claros, foram realizadas várias reuniões locais de SMS e RH. Nas ocasiões, o Sindicato cobrou medidas que envolvem a contingência de riscos aos trabalhadores, aumento do efetivo, eleições da CIPA e pendências que envolvem a atuação do RH nas unidades.

É preciso avançar em relação aos direitos dos trabalhadores contratados da Petrobrás

Denúncias contra irregularidades praticadas por empresas terceirizadas mostram que há muito o que avançar para melhorar a situação das trabalhadoras e trabalhadores contratados das empresas que prestam serviços na Petrobrás. Além de baixos salários, eles convivem com atrasos de salários e benefícios e, muitas vezes, com a má-fé das prestadoras de serviço que ao finalizarem o contrato com a Petrobrás dão calote e deixam os empregados a ver navios.

Diante da recorrência de denúncias de descumprimento de direitos

trabalhistas contra essas empresas, muitas sem solução mesmo depois de encaminhadas à Petrobrás, o Sindipetro/MG acionou o Ministério do Trabalho. Foi entregue uma lista com o nome das empresas terceirizadas e seus respectivos casos de descumprimentos. Os mais comuns são atrasos nos pagamentos de salários e benefícios dos trabalhadores, além de assédio moral.

Em agosto deste ano, o Superintendente Regional do Ministério do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, Carlos Calazans, recebeu em seu gabinete os representantes do Sindipetro/MG, Sitramonti-MG

e da Refinaria Gabriel Passos (Regap). A audiência tratou das graves denúncias trabalhistas contra empresas contratadas pela Petrobrás em Minas.

Na ocasião, o coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves, cobrou da Regap o seu papel de fiscalização e de retenção de valores dos contratos com as prestadoras, quando necessário. “É preciso lembrar que quando o empregador atrasa o salário, o trabalhador passa fome. Precisamos buscar soluções conjuntas, contratos melhores e amparo ao trabalhador, num ambiente mais seguro”, ressaltou.

O Sindicato também questionou as falhas nos mecanismos contratuais da Petrobrás e cobrou o cumprimento da cláusula do ACT que prevê a exigência do cumprimento de plano de saúde e odontológico para os contratados, extensivo aos dependentes. O gerente-geral da Regap, Edmilson Ferreira dos Santos, respondeu aos questionamentos, argumentando sobre as limitações nas relações contratuais com as empresas privadas. “Sobre o plano de saúde, tem sido muito complicado negociar porque elas pedem preços exorbitantes”, justificou o responsável pela Regap.



Sindicatos lutam por equidade na PLR

As entidades sindicais enfatizam a necessidade de garantir isonomia para todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás



O ano de 2024 iniciou com as assembleias de aprovação do acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) referente a 2023, que, pela primeira vez, garantiu três remunerações para os trabalhadores que recebem acima do piso. As negociações lideradas pelas entidades sindicais e as mobilizações da categoria garantiram avanços como a redução na diferença entre o piso e o teto, contemplando de forma mais justa a maioria dos trabalhadores.

Neste ano, a luta continua por mais equidade nos programas de remuneração variável (PLR e

PRD/PPP). As entidades sindicais enfatizam a necessidade de redução das discrepâncias entre as menores e as maiores remunerações pagas, assim como a garantia de isonomia para todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás.

A primeira contraproposta de PLR da Petrobrás foi rejeitada em assembleias e, com avanços nas propostas das subsidiárias, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) recomendou o indicativo de aprovação da segunda contraproposta de PLR nas assembleias, de modo que fique garantida a data de pagamento dos adiantamentos para o início de 2025.

Petroleiros garantem VA/VR na Regap



A alimentação foi amplamente discutida pela Diretoria Colegiada do Sindipetro/MG nos últimos anos, especialmente diante da queda na qualidade das refeições in natura ofertadas aos trabalhadores próprios e terceirizados. Em 2024, mudanças aconteceram após abaixo-assinado de trabalhadores, várias reuniões entre o Sindipetro/MG e a Petrobrás, assim como assembleias da categoria.

O paradigma da alimentação na Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, mudará após o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) específico sobre a implementação do Vale-Alimentação e Vale-Refeição (VA/VR) para os trabalhadores da refinaria. Com o projeto piloto implementado, anteriormente, na Refinaria Duque de Caxias (Reduc), houve movimentação dos petroleiros para que o mesmo ocorresse em Minas.

O Sindipetro/MG conduziu o processo, cobrando esclarecimentos da Regap e informando a categoria sobre as vantagens e

desvantagens da troca da alimentação in natura oferecida pela empresa pelo VA/VR, sempre reforçando que qualquer mudança estaria condicionada à aprovação da maioria da categoria em assembleia.

O Sindicato realizou, em 22/10, um seminário sobre VA/VR, com a participação de 150 trabalhadores e acompanhou o GT da Regap que discutiu a infraestrutura necessária para as mudanças. Também divulgou boletim especial com perguntas e respostas, antes da categoria decidir pela mudança em assembleias realizadas em novembro. Diante da aprovação da minuta de implementação do VA/VR na Regap, o Sindicato aguarda o retorno da empresa para a assinatura do acordo.

Outro resultado importante este ano foi o estabelecimento da segunda refeição para os trabalhadores de Turno, em cumprimento ao Acordo Coletivo de Trabalho. Após cobranças do Sindipetro/MG, a Regap fez uma enquete interna e estabeleceu um serviço de “brunch” como segunda refeição.

Debates destacaram temas sobre diversidade e inclusão

Reforçando o seu papel social no combate às opressões de gênero, raça e exclusão das pessoas com deficiência, o Sindipetro/MG, este ano, ampliou o debate sobre essas questões e trazendo à tona como a categoria petroleira e toda a sociedade são afetadas quando não há respeito às diferenças ou situações de racismo e machismo predominam nas relações.

Em abril, o Sindipetro/MG promoveu mais um Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Petrobrás em Minas, que reuniu petroleiras do quadro próprio e contratadas. A advogada Isabela Frois, da Casa Tina Martins, instituição que acolhe mulheres em situação de violência doméstica, mostrou dados e estatísticas alarmantes, revelando o quanto a violência contra a mulher é um problema de toda a sociedade. Outros temas como assédio sexual, igualdade salarial e combate às opressões também estiveram em debate.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, o número de feminicídios aumentou de 2022 para 2023. Foram 1.467 vítimas, 67 a mais que no período anterior e o maior número desde a criação da Lei do Feminicídio (2015). Minas Gerais lidera o ranking do feminicídio no Brasil, e apenas neste ano foram registrados mais de 108 assassinatos de mulheres motivados pelo fato de serem mulheres.

A dirigente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Cibele

Vieira, do Coletivo de Mulheres da Petrobrás, ressaltou a importância dos canais de denúncias existentes nos casos de assédio sexual na Petrobrás e que os Sindicatos também devem ser procurados. “Não podemos normalizar o assédio sexual ou o moral. Algumas mulheres têm medo de denunciar e se prejudicar, mas só de denunciar, mesmo que de forma anônima, é possível receber um acolhimento assim como ajudar a mapear os setores na empresa em que os casos estão acontecendo”, explicou.

As lutas das pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, mulheres e população negra também estiveram em destaque no 38º Congresso Estadual do Sindipetro/MG, realizado em julho de 2024. O convidado Aruanã de Oliveira,

coordenador da Rede Afro LGBT de Minas Gerais e militante do Movimento Brasil Popular, relembrou o processo histórico de resistência da população negra no Brasil para falar sobre o combate ao racismo no país onde a cada 23 minutos um jovem negro é morto. “Muitas lutas e greves foram protagonizadas pelos escravizados. A história é contada pelos opressores e não pelos oprimidos”, destacou. Sobre a Lgbtfofia, ele ressaltou que a população LGBTQIA+ sempre existiu e o preconceito é uma crueldade com as famílias que sofrem com o preconceito e a criminalização.

Sobre as questões que afetam as pessoas com deficiência, o convidado Vinícius Venades, conselheiro do Conselho Municipal de Juventude, que é cadeirante, ressaltou que

uma pessoa com deficiência costuma ser vista como uma pessoa frágil. Dados mostram que mais de 70% das pessoas PCD estão fora do mercado de trabalho. Também lembrou da pouca representação na política e que essas pessoas passam por dificuldades por falta de políticas de inclusão.

Já em novembro, mês da consciência negra, o Sindipetro/MG produziu um boletim especial com reportagem sobre as trajetórias de trabalhadores negros na Petrobrás em Minas, mostrando que apenas 22% de negros estão em cargos de liderança no Sistema Petrobrás. “A empresa tem a sua responsabilidade social, com condições de avançar na reparação das injustiças históricas e melhoria das relações de trabalho”, pontuou Guilherme Alves, coordenador-geral do Sindipetro/MG.



PBio segue integrada à Petrobrás

O resgate da PBio faz parte da luta pela reconstrução do Sistema Petrobrás

No dia 6 de novembro, a diretoria da Petrobrás finalmente anunciou a retirada da Petrobrás Biocombustível (PBio) do plano de desinvestimentos da companhia, que foi iniciado no governo Temer e intensificado pelo governo Bolsonaro na tentativa de venda da subsidiária. A saída da PBio da lista de privatização foi resultado da resistência da categoria petroleira e da luta intransigente da FUP e dos sindicatos pela retomada e fortalecimento da subsidiária. Em 2021, as trabalhadoras e trabalhadores da PBio realizaram uma greve histórica, com importante atuação do Sindipetro/MG no movimento na Usina Darcy Ribeiro, em Montes Claros.

A PBio é primordial para a transição energética justa e inclusiva com a promessa de voltar a ser um dos pilares da estratégia de descarbonização da companhia. Durante a Cúpula do G20, houve a assinatura de um acordo de cooperação técnica da empresa com o Banco do Brasil para identificar iniciativas voltadas à promoção de biocombustíveis e fontes de energia renovável.

O resgate da PBio faz parte da luta pela reconstrução da Petrobrás, que avança também com investimentos de R\$ 4,2 bilhões para reabertura da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen-PR) e ampliação e capacitação da Repar para

a transição energética. Também foram retomadas as obras na RNEST e inaugurado o Complexo de Energias Boaventura, nas instalações do antigo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Além de outros investimentos que geram postos de trabalho e desenvolvimento, em sintonia com o atual Plano de Negócios da Petrobrás e o programa do governo Lula.

Homenagens nos 15 anos da PBio em Montes Claros

No dia 17/06, a Câmara Municipal de Montes Claros realizou sessão especial para homenagear a Usina de Biocombustível Darcy Ribeiro – Petrobras (PBio) pelos 15 anos no município. O diretor do Sindipetro/MG, Renan Ragone Diniz, representou os trabalhadores no evento.

Ele discursou, abordando os problemas enfrentados durante o período de desinvestimento da Petrobrás entre 2016 e 2022, incluindo os impactos da pandemia de Covid-19 e a greve da categoria. Também destacou conquistas, como um projeto de mestrado em parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e a expansão do plano de saúde para familiares dos funcionários, enfatizando que a usina continua operando plenamente.

Sindicato comemora novos concursados

As lideranças sindicais parabenizam os novos petroleiros por fazerem parte da reconstrução



A realização de concursos públicos para a Petrobrás é outra conquista fruto da intensa luta sindical para a recomposição do efetivo. Em 2024, a empresa recebeu novos empregados concursados para atuar em diversas áreas, após curso de formação. Na Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, uma nova turma de formação iniciou em novembro.

Em encontros de ambientação com os novos empregados, promovidos pela empresa, o Sindipetro/MG teve a oportunidade de dar boas-vindas e enfatizar a importância da organização sindical dos trabalhadores em defesa de direitos e conquistas da categoria petroleira.

Nos meses de junho e julho, o coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves, fez apresentações, recepcionando os petroleiros recém-chegados na Regap

e na Usina Termelétrica de Ibirité (UTE-IBT). Em novembro, ingressaram mais trabalhadores e trabalhadoras nas duas unidades, também com recepção do Sindicato. “É importante destacar a diversidade no perfil dessas novas contratações. Entraram mais mulheres, negras e negros, além de pessoas com deficiência e uma trabalhadora trans”, comemora Guilherme Alves, coordenador-geral do Sindipetro/MG.

As lideranças sindicais parabenizaram os novos empregados e empregadas por fazerem parte do projeto de reconstrução da maior empresa de petróleo da América Latina e destacaram a importância dos sindicatos na retomada dos concursos públicos e a luta permanente pela recomposição dos efetivos próprios do Sistema Petrobrás, que é uma luta de todos.